



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 260535-0/01 – Comarca de Vitória de Santo Antão

Embargante: Município de Vitória de Santo Antão.

Embargado: Ivanelle Karoline Cruz Santana.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não restando malferido o art. 3º da Lei nº 5.869/73.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo nº 260535-0/01, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 260535-0/01 – Comarca de Vitória de Santo Antão

Embargante: Município de Vitória de Santo Antão.

Embargado: Ivanelle Karoline Cruz Santana.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA À UNANIMIDADE. PRESCRIÇÃO TRIENAL. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO TEMPORÁRIO. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Responsabilidade solidária entre o Município e o Vitoriaprev quanto à devolução dos descontos previdenciários, visto que este último, muito embora seja dotado de autonomia financeira, integra a administração indireta da edilidade e foi por ela instituída. 2. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada à unanimidade. 3. Impossibilidade de aplicação da prescrição trienal prevista no art. 206, § 3º, V, do CC, pois o prazo prescricional para as pretensões formuladas em face da Fazenda Pública é de 05 (cinco) anos, a teor do disposto no art. 1º o Decreto nº 20.910/1932 e Súmula nº 85 do STJ. 4. Mesmo sendo o contrato temporário submetido a regime jurídico administrativo, regulado por lei própria, é cediço que a CF/88 não exclui o pagamento de férias mais 1/3 e décimo terceiro salário aos assim contratados. 5. Precedentes do TJPE. 6. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o embargante não se desincumbiu. 7. Recurso de agravo unanimemente improvido (Agravo nº 260535-0/01, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgado em 15/02/2013).

Busca o embargante, nesta sede aclaratória, a rediscussão da matéria de mérito, requerendo o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva do Município no tocante à contribuição previdenciária destinada ao Vitoriaprev, em virtude de ser este o único beneficiário dos descontos, prequestionando explicitamente o art. 3º da Lei nº 5.869/73.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013.

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 260535-0/01 – Comarca de Vitória de Santo Antão

Embargante: Município de Vitória de Santo Antão.

Embargado: Ivanelle Karoline Cruz Santana.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito da ocorrência, ou não, de violação ao art. 3º da Lei nº 5.869/73.

Conforme se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada e prequestionada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo. 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

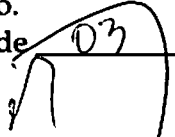
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já

decidida.4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não entendendo malferido o art. 3º da Lei nº 5.869/73.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator